

Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 36/2013 – Conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade

I - CHAMADA

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq tornam público a presente Chamada e convidam os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos, e em conformidade com o anexo **REGULAMENTO**, parte integrante desta Chamada.

I.1 - OBJETIVO

A presente Chamada tem por objetivo geral selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o entendimento dos processos de interação solo/água/biodiversidade, com ênfase na racionalização do uso da água, nos impactos oriundos do manejo, uso e ocupação inadequados dos solos e dos aportes de cargas aos corpos hídricos receptores.

I.1.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Apoiar o desenvolvimento de conhecimentos e aperfeiçoar tecnologias e metodologias para a minimização do uso da água e a valorização dos nutrientes contidos nas excretas humanas;
- b) Apoiar o desenvolvimento de modelos e técnicas de conservação e uso racional da água;
- c) Apoiar o desenvolvimento de conhecimentos sobre os riscos do reuso de água em irrigação e aquicultura;
- d) Apoiar o desenvolvimento de conhecimentos e aperfeiçoar metodologias para o manejo da água e do solo em áreas em processo de desertificação;
- e) Apoiar o desenvolvimento de conhecimentos e aperfeiçoar metodologias sobre a recuperação da vegetação em encostas para mitigar desastres naturais associados a enxurradas e deslizamentos de massa;
- f) Apoiar o desenvolvimento de conhecimentos e aperfeiçoar metodologias para a recuperação de matas ciliares, manguezais, nascentes, etc.;
- g) Promover a capacitação de recursos humanos voltados à atuação nas áreas técnico-científicas de conservação da água e manejo, conservação e recuperação do solo e da biodiversidade;

- h) Disseminar conhecimentos técnicos e científicos para tomadores de decisão nos níveis nacional, regional e municipal, sobre os processos do ciclo hidrológico envolvidos na interação solo/água/biodiversidade;
- i) Promover a atuação integrada das instituições de pesquisa que atuam nas áreas de água, solo e biodiversidade, por meio da formação de redes cooperativas multidisciplinares com foco na interação entre os diversos compartimentos do ciclo hidrológico.

As propostas devem observar as condições específicas estabelecidas na parte **II – REGULAMENTO**, anexo a esta Chamada, que determina os requisitos relativos ao proponente, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

I.2 - APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

I.2.1 - As propostas devem ser acompanhadas de arquivo contendo o projeto e devem ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, por intermédio do Formulário de Propostas Online, disponível na [Plataforma Carlos Chagas](#), a partir da data indicada no subitem **II.1.6 - CRONOGRAMA** do **REGULAMENTO**.

I.2.2 - As propostas devem ser transmitidas ao CNPq até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem **II.1.6 - CRONOGRAMA** do **REGULAMENTO**. O atendimento pelo endereço eletrônico suporte@cnpq.br ou pelo telefone 0800 61 9697 encerra-se, impreterivelmente, às 18h30 e esse fato não será aceito como justificativa para envio posterior à data limite. O proponente receberá, após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.

I.2.3 - As propostas devem ser apresentadas em conformidade com o descrito no subitem **II.2 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** – do **REGULAMENTO**, contendo rigorosamente todos os itens previstos nesta Chamada. O arquivo contendo o projeto de pesquisa deve ser gerado fora do Formulário de Propostas *Online* e anexado a este, nos formatos “doc”, “pdf” “rtf” ou “post script”, limitando-se a 3 Mb (três megabytes). Caso seja necessário utilizar figuras, gráficos, etc, para esclarecer a argumentação da proposta, estes não devem comprometer a capacidade do arquivo, pois as propostas que excederem o limite de 3 Mb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

I.2.4 - Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no subitem **I.2.2** acima.

I.2.5 - Será aceita uma única proposta por proponente. Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.

I.2.6 - Em se constatando propostas idênticas, todas serão desclassificadas.

I.3 - ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas ao CNPq, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

I.3.1 - Etapa I – Análise pela Área Técnica do CNPq

Esta etapa, a ser realizada pela área técnica do CNPq, consiste na análise das propostas apresentadas quanto ao atendimento às disposições estabelecidas nos itens do **REGULAMENTO**, relativos ao subitem **II.1.8 - ITENS FINANCIÁVEIS** e subitens **II.2.1 - QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO** e **II.2.3- QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO**, dos **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**.

I.3.2 - Etapa II - Análise pelos Consultores *ad hoc*

Esta etapa, previamente autorizada pela Diretoria Executiva do CNPq - DEX, consistirá na análise aprofundada da demanda qualificada, quanto ao mérito e relevância das propostas, a ser realizada por especialistas que se manifestarão sobre os tópicos relacionados no **subitem II.2.2 - QUANTO À PROPOSTA dos CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** e **II.3 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO**, do anexo **REGULAMENTO**.

I.3.3 - Etapa III – Análise, Julgamento e Classificação pelo Comitê Julgador

I.3.3.1 - As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa considerando a análise da etapa anterior e os **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**, indicados no subitem **II.2.2 - QUANTO À PROPOSTA**, e de **JULGAMENTO**, indicados no subitem **II.3**, do **REGULAMENTO**, que serão pontuados pelo Comitê Julgador.

I.3.3.2 - A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no item **II.3 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO** do **REGULAMENTO**.

I.3.3.3 - Após a análise de mérito e relevância de cada proposta e da adequação de seu orçamento, o Comitê, dentro dos limites orçamentários estipulados pela Diretoria Executiva do CNPq, poderá recomendar:

- a) aprovação, com ou sem cortes orçamentários; ou
- b) não aprovação.

I.3.3.4 - Os cortes no orçamento dos projetos não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor solicitado ao CNPq. Caso o Comitê sugira cortes superiores a este valor, o projeto será automaticamente excluído da concorrência.

I.3.3.5 - O parecer do Comitê sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em Planilha Eletrônica, contendo a relação das propostas julgadas,

recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes. Para propostas recomendadas, será definido o valor a ser financiado pelo CNPq. Para propostas não recomendadas, será emitido parecer circunstanciado contendo as justificativas para a não recomendação. A Planilha Eletrônica será assinada pelos membros do Comitê.

I.3.3.6 - Não é permitido integrar o Comitê Julgador o pesquisador que tenha apresentado propostas a esta Chamada ou que participe da equipe do projeto.

I.3.3.7 - É vedado a qualquer membro do Comitê julgar propostas em que:

- a) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau; ou
- b) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

I.3.4 - Etapa IV – Análise pela Diretoria Executiva (DEX) do CNPq

Todas as propostas analisadas pelo Comitê serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva do CNPq, que emitirá a decisão final sobre sua aprovação, observados os limites orçamentários desta Chamada.

I.4 - RESULTADO DO JULGAMENTO

I.4.1 - A relação das propostas aprovadas com recursos financeiros da presente Chamada, será divulgada na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço **www.cnpq.br** e publicada no **Diário Oficial da União**.

I.4.2 - Todos os proponentes da presente Chamada terão acesso ao parecer sobre sua proposta, preservada a identificação dos pareceristas.

I.5 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I.5.1 - Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso em formulário eletrônico específico, disponível na Plataforma Carlos Chagas (<http://carloschagas.cnpq.br>), no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União, desde que esteja disponibilizado ao proponente o parecer do Comitê Julgador na Plataforma Carlos Chagas, conforme **NORMAS RECURSAIS** deste Conselho.

I.5.2 - O recurso deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Avaliação de Recursos - COPAR que, após exame, encaminhará o resultado para deliberação final da Diretoria Executiva do CNPq.

I.5.3 - Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente no CNPq.

I.5.4 - A norma específica, RN-006/2009, que estabelece os procedimentos necessários para a interposição de recursos está disponível no endereço eletrônico (http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25041).

I.6 - APOIO DAS PROPOSTAS APROVADAS

I.6.1 - As propostas aprovadas serão apoiadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do Coordenador/Proponente, mediante assinatura de TERMO DE ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO.

I.6.2 - A assinatura do **TERMO DE ACEITAÇÃO** ficará subordinada à existência prévia de Protocolo de Cooperação Técnica, celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme disposto nas normas deste Conselho.

I.6.3 - A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

I.6.4 - O proponente terá até 90 dias, contados a partir da data de envio da notificação eletrônica do resultado do julgamento pelo CNPq, para implementar o auxílio mediante a assinatura do Termo de Aceitação. Expirado este prazo, a concessão será cancelada.

I.7 - CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

I.8 - PUBLICAÇÕES

I.8.1 - As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pela presente Chamada, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio das entidades/órgãos financiadores.

I.8.2 - As **AÇÕES PUBLICITÁRIAS** atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União deverão observar rigorosamente as disposições que regulam as espécies.

I.9 - IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA

I.9.1 - Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o cidadão que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Ademais, não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o

tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

I.9.2 - A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Executiva do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço: presidencia@cnpq.br.

I.10 - REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA

A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

I.11 - PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético, legal ou logístico, necessárias para a execução do projeto.

I.12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I.12.1 - Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica à Coordenação do Programa de Pesquisas Oceanográficas e de Impactos Ambientais (chamada36-2013@cnpq.br).

I.12.2 - Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada ao CNPq por seu coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.

I.12.3 - Ao final da vigência, o proponente deverá apresentar a prestação de contas financeira e os relatórios técnicos, em conformidade com o que estiver estabelecido no **TERMO DE ACEITAÇÃO** e demais normas do CNPq, sob pena de ressarcimento dos valores despendidos pelo CNPq.

I.12.4 - Durante a execução, o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases, de acordo com o estabelecido no **TERMO DE ACEITAÇÃO**.

I.12.5 - O CNPq reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Acompanhamento e Avaliação.

I.12.6 - As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão de domínio público.

I.12.7 - Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em

cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, e pela RN-013/2008 do CNPq (http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/24829).

I.12.8 - A presente Chamada regula-se pelos preceitos de direito público inseridos no caput do art. 37 da Constituição Federal e, em especial, pelas normas internas do CNPq e pelas disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber.

I.13 - OS ESCLARECIMENTOS E AS INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DA CHAMADA E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE, BEM COMO A LEGISLAÇÃO QUE REGULA ESTA CHAMADA, PODERÃO SER OBTIDOS NOS ITENS II.5 e II.6 DO REGULAMENTO.

I.14 - CLÁUSULA DE RESERVA

A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, 09 de agosto de 2013.

Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 36/2013 - Conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade

II - REGULAMENTO

O presente REGULAMENTO tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por Chamada, de propostas para execução de projetos.

II.1 - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

II.1.1 - JUSTIFICATIVA

A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece a gestão sistemática desses recursos, considerando a gestão ambiental e sua integração com a gestão do uso do solo, sem dissociar os aspectos quantitativos e qualitativos. Desta forma, reconhece e prevê a existência de conflitos no uso dos recursos hídricos, bem como sua interdependência com a gestão ambiental e do uso do solo. Por outro lado, sua aplicação bem sucedida é fortemente influenciada pelos avanços científicos, tecnológicos e inovações.

Neste contexto, as vantagens proporcionadas pela investigação científica e desenvolvimento tecnológico são inúmeras, tais como o desenvolvimento de sistemas mais eficientes de gerenciamento de água e processos para aproveitamento e minimização da geração de efluentes, aumento da eficiência na irrigação agrícola, utilização segura dos resíduos de esgotos sanitários, diminuição da pressão sobre os mananciais de água bruta através do reúso da água, dentre outros.

Adicionalmente, por indissociável da gestão dos recursos hídricos, a gestão do uso e ocupação do solo pode ser igualmente beneficiada pelos ganhos nos conhecimentos relativos ao desmatamento da cobertura vegetal, à construção e manutenção inadequada de estradas vicinais, ao manejo incorreto do solo pela agricultura e pecuária, à erosão do solo, desertificação e assoreamento dos corpos hídricos causadas pela ocupação urbana desordenada. Esses fatores podem levar ao desequilíbrio da vazão dos rios e à perda de qualidade da água, gerando inclusive vetores importantes de desastres naturais, como enxurradas e deslizamentos em encostas. Finalmente, é preciso considerar a gestão eficiente dos recursos hídricos na zona costeira, notadamente a proteção e recuperação de manguezais, já que são áreas de especial significado ecológico devido, principalmente, ao fluxo de água doce.

Portanto, o sucesso das mais variadas ações visando o gerenciamento dos recursos hídricos e do uso e ocupação do solo depende, em grande medida, do conhecimento científico e das capacidades tecnológica e de inovação. Para cada caso, dispõe-se de metodologias distintas, com diferentes níveis de intervenção e investimentos, e que resultam em intervalos temporais diferenciados para o restabelecimento dos ecossistemas. As pesquisas científicas e correspondentes inovações nas atividades de

recuperação previnem investimentos desnecessários e possibilitam abreviar significativamente o processo de recuperação.

Assim, é justificável que a Política CT&I contemple ações de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, à capacitação profissional e ao fortalecimento institucional, voltados para a ampliação do conhecimento sobre conservação e racionalização do uso da água, e sobre os processos de interação solo/água/biodiversidade, com ênfase nos impactos sobre a disponibilidade hídrica em termos de quantidade e qualidade, oriundos do manejo inadequado, da ocupação do solo e de aportes de cargas aos corpos hídricos receptores.

II.1.2 - DO OBJETO

Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, gerando novos conhecimentos dos processos de interação solo/água/biodiversidade, com ênfase na racionalização do uso da água, nos impactos sobre a disponibilidade hídrica oriundos do manejo, uso e ocupação inadequados dos solos e dos aportes de cargas aos corpos hídricos receptores.

II.1.3 - LINHAS DE PESQUISA

A presente Chamada contemplará projetos de pesquisa e de desenvolvimento nas seguintes linhas de pesquisa:

- a) Minimização do uso da água e valorização dos nutrientes contidos em excretas humanas – Pesquisa e desenvolvimento de processos e técnicas em saneamento ecológico (“*ecological sanitation*”), tratamento de efluentes domésticos e industriais, e alternativas de uso de lodo de esgoto;
- b) Desenvolvimento de modelos e técnicas de conservação e uso racional da água – Estudos visando à identificação e quantificação de serviços ambientais de produção de água;
- c) Riscos do reuso de água em irrigação e aquicultura: possível presença de fármacos e de interferentes endócrinos – Pesquisa e desenvolvimento de métodos e técnicas para a detecção, identificação dos riscos, remoção e inativação de fármacos e interferentes endócrinos em água de reuso para irrigação e aquicultura;
- d) Manejo da água e do solo em áreas de processo de desertificação – Pesquisa e desenvolvimento de métodos e processos para identificação de áreas de fragilidade ambiental, e medidas para prever, conter e reverter processos de desertificação. Pesquisa e desenvolvimento de medidas de adaptação às mudanças climáticas em áreas com risco de desertificação. Estudos que identifiquem a viabilidade de promover zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão de corpos hídricos;

- e) Estudos visando mitigar desastres naturais – Pesquisas e desenvolvimento de conhecimentos para aperfeiçoar metodologias sobre recuperação da vegetação em encostas para mitigar desastres naturais associados a enxurradas e deslizamentos de massa;
- f) Estudos visando à recuperação de matas ciliares – Pesquisa e desenvolvimento de métodos e técnicas para a recuperação das matas ciliares. Estudos que identifiquem as espécies-chave e seus papéis na recuperação de matas ciliares. Pesquisas sobre os processos de sucessão ecológica sob diferentes condições iniciais e finais;
- g) Estudos visando à recuperação de manguezais – Pesquisa e desenvolvimento de métodos e técnicas para a recuperação de manguezais.

II.1.4 - RESULTADOS ESPERADOS

- a) Desenvolvimento de metodologias e técnicas para minimização do uso da água e utilização dos nutrientes contidos em excretas humanos;
- b) Desenvolvimento de modelos e técnicas de conservação e uso racional da água;
- c) Aumento do conhecimento sobre os riscos do reuso de água na irrigação e aquicultura, com ênfase em fármacos e interferentes endócrinos;
- d) Aumento do conhecimento sobre o reuso da água em aquicultura;
- e) Desenvolvimento de metodologias para o manejo da água e do solo em áreas em processo de desertificação;
- f) Aumento do conhecimento sobre processos e técnicas de recuperação de vegetação em encostas sujeitas a desastres naturais;
- g) Aumento do conhecimento sobre processos e técnicas de recuperação de matas ciliares e manguezais;
- h) Desenvolvimento de instrumentos, técnicas, publicações, metodologias, serviços e outros produtos relacionados com a conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade;
- i) Formação de pesquisas integradas sobre a interação solo/água/biodiversidade implantada nas diversas regiões do país;
- j) Capacitação de pesquisadores e técnicos com visão integrada dos recursos hídricos, nas áreas de integração entre solo, água e biodiversidade; e
- k) Conhecimento difundido e transferido à sociedade e aos diversos órgãos gestores dos recursos hídricos no País, de forma transparente e acessível.

II.1.5 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

II.1.5.1 - O proponente poderá apresentar um único projeto que contemple uma ou mais linhas descritas no item II.1.3. desta Chamada, sendo facultada sua participação em mais de uma proposta na condição de pesquisador colaborador.

II.1.5.2 - Será dada preferência aos projetos organizados em Redes de Pesquisa Cooperativa ou em parceria com Órgãos Gestores, Associações de Usuários de Recursos Hídricos ou suas Entidades Representativas.

II.1.5.3 - Para fins desta Chamada, considera-se projeto organizado em Rede de Pesquisa Cooperativa aquele que envolva grupos de pesquisadores de ao menos 3 (três) instituições de 2 (duas) Unidades da Federação diferentes.

II.1.6 - CRONOGRAMA

Atividades	Data
Lançamento da Chamada no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet	09/08/2013
Data limite para submissão das propostas	23/09/2013
Divulgação dos resultados no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet	A partir da primeira quinzena de novembro de 2013
Apoio às propostas aprovadas	A partir da segunda quinzena de novembro de 2013

II.1.7 - RECURSOS FINANCEIROS

II.1.7.1 - As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)/Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro), a serem liberados da seguinte maneira: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 2013, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 2014 e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 2015. Os recursos serão liberados em 3 parcelas, a depender da transferência orçamentária e financeira do CT-Hidro ao CNPq.

II.1.7.2 - As informações sobre os fundos setoriais (documentos básicos, diretrizes estratégicas, legislação básica etc.) estão disponíveis no sítio do MCTI, em <http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/725.html>.

II.1.7.3 - Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados à instituições sediadas

nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

II.1.7.4 - Os projetos terão o valor mínimo de financiamento estabelecido em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e valor máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo-se os gastos com capital, custeio e bolsas.

II.1.7.5 - Os recursos destinados ao pagamento de bolsas deverão corresponder a, no máximo, 20% (vinte por cento) do total de recursos solicitados para o projeto.

II.1.7.6 - A Diretoria Executiva do CNPq poderá, em eventual identificação de recursos adicionais para a Chamada, decidir por ajustes no valor global mencionado no subitem II.1.7.1.

II.1.8 - ITENS FINANCIÁVEIS

Os recursos da presente chamada serão destinados ao financiamento de itens de custeio, capital e bolsas, compreendendo:

II.1.8.1 – CUSTEIO

II.1.8.1.1 - Itens de custeio:

- a) material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, software, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos;
- b) serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução do projeto;
- c) despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos (ver subitem II.1.8.4);
- d) passagens e diárias de acordo com as Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração.

II.1.8.1.2 - O valor total solicitado para os itens de custeio descritos nas alíneas “a” a “c” deverão ser incluídos no campo “custeio” do Formulário de Propostas *Online*. Os valores de passagens e diárias deverão ser incluídos em campos do mesmo nome do referido formulário, seguindo as instruções lá contidas.

II.1.8.2 - CAPITAL

II.1.8.2.1 - Itens de capital:

- a) equipamentos e material permanente; e
- b) material bibliográfico.

II.1.8.2.2 - Os itens de capital serão alocados na instituição de execução do projeto sob a responsabilidade, manutenção e guarda do Coordenador/Instituição de execução do projeto.

II.1.8.3 - BOLSAS

II.1.8.3.1 - Serão concedidas bolsas nas modalidades de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI) e Apoio Técnico em Extensão no País (ATP). Os recursos referentes às bolsas serão incluídos, automaticamente, pelo Formulário de Propostas *Online*, no orçamento do projeto.

II.1.8.3.2 - A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, que estão indicadas no endereço <http://www.cnpq.br/web/quest/bolsas2>. A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

II.1.8.3.3 - As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

II.1.8.3.4 - Caberá ao coordenador fazer as indicações dos bolsistas tão logo seja assinado o Termo de Aceitação de Apoio Financeiro.

II.1.8.4 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ITENS FINANCIÁVEIS

II.1.8.4.1 - São vedadas despesas com:

- a) crachás, pastas e similares, certificados, ornamentação, coquetel, jantares, *shows* ou manifestações artísticas de qualquer natureza;
- b) despesas de rotina como contas de luz, água, telefone, correios, reprografia e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- c) pagamento de taxas de administração, de gerência, a qualquer título;
- d) obras civis (*ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, as quais deverão ser justificadas no orçamento detalhado da proposta - subitem II.2.2*), entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- e) aquisição de veículos automotores;

- f) pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

II.1.8.4.2 - As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

II.1.8.4.3 - Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverão ser observados os princípios constitucionais e legais, bem como as normas do CNPq de **PRESTAÇÃO DE CONTAS**.

II.1.8.4.4 - Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de 18% (dezoito por cento) do montante previsto para tais gastos. O CNPq não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

II.1.8.4.5 - Tratando-se de projetos de **INOVAÇÃO** poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

II.1.9 - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser estendido após deferimento, pelo CNPq, do requerimento de prorrogação, a ser formalizado em instrumento próprio.

II.2 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles poderá resultar na desclassificação da proposta.

II.2.1 - QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO

II.2.1.1 - O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:

- a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta;
- b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; e
- c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.

II.2.1.2 - Ao apresentar a proposta, o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

II.2.1.3 - A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

II.2.1.4 - Somente deverão ser incluídos na equipe do projeto aqueles que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

II.2.1.5 - É obrigatório que os membros da equipe técnica caracterizados como pesquisadores tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros.

II.2.2 - QUANTO À PROPOSTA

II.2.2.1 - O projeto deve estar claramente caracterizado como pesquisa científica tecnológica ou inovação.

II.2.2.2 - As propostas deverão ser apresentadas na forma de projeto de pesquisa. Recomenda-se que este projeto apresente as seguintes informações, de forma a permitir sua adequada análise por parte do Comitê Julgador:

- a) identificação da proposta;
- b) identificação da(s) linha(s) temática(s) da proposta;
- c) qualificação do principal problema a ser abordado;
- d) objetivos e metas a serem alcançados;
- e) metodologia a ser empregada;
- f) principais contribuições científicas ou tecnológicas da proposta;
- g) orçamento detalhado;

- h) cronograma físico-financeiro;
- i) identificação dos demais participantes do projeto;
- j) grau de interesse e comprometimento de empresas, com o escopo da proposta, quando for o caso;
- k) indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área, órgãos gestores, associações de usuários de recursos hídricos ou suas entidades representativas;
- l) disponibilidade efetiva de infra-estrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto; e
- m) estimativa dos recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes Públicos e Privados parceiros.

II.2.3 - QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO

II.2.3.1 - A instituição de execução do projeto é aquela onde será desenvolvido o projeto de pesquisa e com a qual o proponente deve apresentar vínculo e será doravante denominada “Instituição de Execução do Projeto”, podendo ser:

- a) Instituição de ensino superior, pública ou privada, sem fins lucrativos;
- b) Instituto e centro de pesquisa e desenvolvimento, público ou privado, sem fins lucrativos; e
- c) Empresa pública que execute atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação.

II.2.3.2 - A instituição de execução do projeto deverá ser constituída sob as leis brasileiras e ter sua sede e administração no País.

II.3 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

II.3.1 - São os seguintes os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária:

Critérios de análise e julgamento		Peso	Nota
A	Mérito, originalidade e relevância do projeto para a conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade brasileira	3	0 a 10

B	Coerência entre objetivos, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução	2	0 a 10
C	Experiência prévia do Coordenador na área do projeto de pesquisa	2	0 a 10
D	Adequação da infraestrutura da instituição e da capacitação e experiência da equipe do projeto aos objetivos, atividades e metas propostos	1	0 a 10
E	Existência de parcerias com órgãos gestores, associações de usuários de Recursos Hídricos ou suas entidades representativas (caso afirmativo, atribuir nota 10, caso negativo, atribuir nota 0)	1	0 a 10
F	Projeto apresentado em formato de Rede de Pesquisa Cooperativa (caso afirmativo, atribuir nota 10, caso negativo, atribuir nota 0)	1	0 a 10

II.3.2 - Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

II.3.3 - A pontuação final de cada projeto será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

II.3.4 - Será considerado como critério de desempate a maior pontuação obtida pela proposta no somatório dos itens A, B, C e F.

II.4 - AVALIAÇÃO FINAL/PRESTAÇÃO DE CONTAS

II.4.1 - O Coordenador do projeto deverá encaminhar em Formulário *online* específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o **TERMO DE ACEITAÇÃO** e demais normas do CNPq:

II.4.1.1 - A prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de **PRESTAÇÃO DE CONTAS** disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cnpq.br/web/quest/prestacao-de-contas1>; e

II.4.1.2 - O relatório técnico final, com detalhamento de todas as atividades desenvolvidas durante a execução do projeto, incluindo o registro de todas as ocorrências que afetaram seu desenvolvimento, e o relatório de avaliação dos bolsistas associados.

II.4.2 - Quando solicitado pelo CNPq, o Coordenador deverá preencher formulário de avaliação e acompanhamento do projeto de pesquisa aprovado.

II.4.3 - O não cumprimento deste item II.4 acarretará a instauração de processo administrativo de cobrança, visando o ressarcimento dos valores despendidos pelo CNPq, sem prejuízos de adoção de outras providências cabíveis, de cunho judicial, inclusive.

II.5 - ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DA CHAMADA E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE E LEGISLAÇÃO

II.5.1 - Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço: chamada36-2013@cnpq.br.

II.5.2 - O atendimento a proponentes com dificuldades técnicas no preenchimento do Formulário de Propostas será feito pelo endereço eletrônico atendimento@cnpq.br.

II.5.3 - Para dúvidas ou dificuldades no preenchimento dos itens do Formulário de Propostas o atendimento será realizado pelo telefone 0800.61.9697, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h30 às 18h30.

II.6 - DAS LEGISLAÇÕES MENCIONADAS:

TERMO	DISPOSITIVOS e LEGISLAÇÃO
AÇÕES PUBLICITÁRIAS	Caput e parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm e IN/SECOM-PR nº 02 de 16 de dezembro de 2009 http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/institucional/legislacao/instrucoes-normativas
AUXÍLIOS INDIVIDUAIS	RN 017/2011 http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25480
FNDCT	Lei nº 11.540/2007 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11540.htm
INOVAÇÃO	Lei de Inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm
LDO	Lei Nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12708.htm
PROPRIEDADE INTELECTUAL	RN-013/2008 http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/24829
NORMAS ESPECÍFICAS DE BOLSAS	RN-015/2010 http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25314
NORMAS RECURSAIS	RN nº 006/2009 http://www.cnpq.br/web/guest/view/-

	/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25041
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	Caput e parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
PRINCÍPIOS LEGAIS	LEI Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 2º http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm
TERMO DE ACEITAÇÃO	RN 018/2011 que revoga a RN 024/2006 http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25465
MANUAL DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS	http://www.cnpq.br/documents/10157/d6b5ae87-42ab-4b4c-85f6-838fedda953d

II.7 - COORDENAÇÃO RESPONSÁVEL PELA CHAMADA

A Coordenação responsável pelo acompanhamento da presente Chamada é a Coordenação do Programa de Pesquisas Oceanográficas e de Impactos Ambientais – COIAM.